



DECISÃO

Trata-se de pedido de retirada de semoventes, manuseado pelos executados, que foram deixados sob os cuidados de fiel depositário (exequente), nomeado no momento do cumprimento da diligência de imissão na posse, pelo senhor Oficial de Justiça.

Este Juízo, com vistas no princípio do contraditório, abriu vistas à exequente para que falasse nos autos e apresentasse suas razões, o que de fato aconteceu e, resumidamente, nada opôs à entrega dos animais, todavia, insurge-se quanto à retirada das benfeitorias sob o argumento de que as mesmas estavam abrangidas pelo contrato de compra e venda inicialmente celebrado entre as partes, estando o assunto devidamente explorado na sentença de primeiro grau, que ora é objeto de apelação junto à Corte estadual.

É o resumido relatório.

DECIDO.

Havendo consonância entre as partes quanto a retirada e entrega dos animais aos executados, desincumbindo-se a exequente do encargo atribuído pelo senhor oficial de justiça e havendo pedido comum para que o mesmo Oficial acompanhe a diligência de entrega mediante contagem e separação por marcas, entendo que é o caso de deferir o pleito em caráter de urgência, visto que, como dito por ambas as partes, os animais requerem tratamento e cuidados especiais.

Entendo ainda, que a diligência de contagem, separação e entrega dos animais aos executados seja feita pelo mesmo oficial de justiça que assina o auto de fls. 190/192, a saber, o senhor JEAN CELSO ANDRADE, porque, como dito acima, as partes em comum pleiteiam que seja feita a entrega pelo mesmo oficial e ainda pelo fato do habilitoso servidor já ter total conhecimento do andamento desta execução provisória, especificamente no tocante à sua efetivação.

No que diz respeito às benfeitorias ventiladas nesse pedido, entendo que é o caso de se aguardar o julgamento da apelação em trâmite na Egrégia Corte Estadual e o retorno dos autos principais, e ainda porque não há riscos de prejuízos aos executados caso a apelação seja julgada procedente, quando se traz à memória a existência de depósito de caução no montante de dez milhões de reais.

Assim sendo, DEFIRO o pedido de entrega de todos os animais de pequeno, médio e grande porte pertencentes aos executados, que estão sob os cuidados da empresa exequente.

DETERMINO, que a diligência de separação por marcas, contagem e entrega dos animais seja feita pelo mesmo OFICIAL DE JUSTIÇA, que lavrou o auto de fls. 190/192, JEAN CELSO ANDRADE, por entender que este ato guarda linha de continuidade com a diligência de imissão na posse e ainda como forma de garantir a segurança e transparência na entrega dos mesmos.

INDEFIRO o pedido no tocante às benfeitorias pelas razões acima expostas.

Servirá esta decisão, por cópia, como mandado ao senhor oficial para o devido cumprimento da ordem.

Servirá ainda a presente decisão, por cópia, como ofício à ADEPARÁ para que indique um técnico para acompanhar a diligência, conforme requerido e ainda, caso seja necessário, expeça as guias de trânsito competentes às expensas dos requerentes.

Ressalto que a diligência deve ser viabilizada pela parte executada.

Quanto à secretaria desta Vara, determino que cumpra a última parte do despacho de fls. 213, bem como, certifique a tempestividade ou não da petição de fls.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
XINGUARA
SECRETARIA DA 2ª VARA DE XINGUARA
MANDADO - DOC: 20150073981524

00026645120148140065
20150073981524

216/243.

Cumpra-se com urgência.
Xinguara, 05/03/2015.

IRAN FERREIRA SAMPAIO
JUIZ DE DIREITO